

Brasil não tem plano claro para transição energética



Refinaria de óleo da Petrobras na cidade de São Mateus do Sul, no Paraná. Imagem: Petrobras.

Brasil não tem um plano definido para abrir mão de petróleo e gás

Metas para emissões nacionais não trazem prazos de redução no uso de combustíveis fósseis

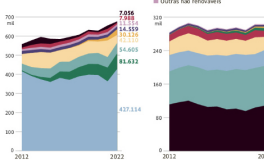
Felício Mars

Eleonora No final de janeiro, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, anunciou uma ação de cooperação com a Agência Internacional de Energia para acelerar a transição energética no país e no mundo. O Brasil, no entanto, ainda não tem uma meta clara para abrir mão dos combustíveis fósseis. Apesar de ter assinado junto à ONU (Organização das Nações Unidas) o objetivo de zerar as emissões líquidas de gases de efeito estufa até 2050, o país não definiu nem mesmo prazos intermediários para a redução do uso e produção dessas fontes de energia.

Brasil não tem plano de transição energética

Fontes de energia elétrica no Brasil em 2022 (em TWh)
Hídrica
Eólica
Energia e outras renováveis
Carvão
Solar
Outras não renováveis
París

Matriz energética total brasileira em 2022 (em TWh)
Energia e outras renováveis
Hídrica
Gás natural
Carvão mineral e coque
Eólica
Nuclear
Outras não renováveis



Fonte: Balança Energética Anual 2023/IBGE

Isso acontece porque a energia elétrica brasileira vem majoritariamente de fontes renováveis (80% em 2022, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética). Esse índice cai para 17% quando se olha para o mix energético do país como um todo — mas, ainda assim, é muito superior às médias mundiais.

É uma contradição brasileira, porque o Brasil avança bem na matriz elétrica, mas também não quer com o abandono dos [combustíveis] fósseis

Ricardo Botelho, gerente de projetos no Instituto Energia e Meio Ambiente

Roberto, gerente de projetos no Instituto Energia e Meio Ambiente. Ele destaca que a vantagem de ter uma matriz mais limpa deveria ser aproveitada para energia elétrica mais barata, ao invés de investir em fontes poluentes. "Há uma tendência crescente de Brasil poder chegar a 100% renováveis na geração de eletricidade em algum momento", diz, se referindo a um cenário da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, que aponta o melhor cenário de energia elétrica em 2022. Em nota, o MME (Ministério de Minas e Energia) afirma que a política climática nacional está alinhada ao Plano Energia que "a transição energética não é um processo de ruptura, de modo que impactos ambientais possam ser gerenciados de forma planejada e controlada". A política, ainda, que entende que os recursos da atividade petrolífera são finitos e deverão ser usados para financiar projetos de transição e eficiência energética. O ministro destaca também que foram feitos investimentos em programas de expansão dos combustíveis fósseis e de melhoria da transmissão de energia elétrica. "Desde 2012, o MME vem aperfeiçoando e implementando políticas públicas e os setores cooperam-se mutuamente, sem perder de vista que esse processo não pode comprometer a segurança energética do país e impor um custo elevado de energia para a população e a economia", diz o texto à página. O problema está longe de ser exclusivo do Brasil, já que diversos países — especialmente os dependentes de petróleo, gás e carvão — resistem a se comprometer com esse tipo de meta. No entanto, outros lugares têm adotado políticas que poderiam servir de modelo ao Brasil. A França, por exemplo, determinou que a produção de combustíveis fósseis em seus territórios se encerre até o ano de 2024. Para garantir que isso aconteça, novas regulamentações e regras para a produção foram suspensas, subsídios ligados aos fósseis foram congelados e a venda de veículos movidos a combustíveis fósseis foi suspensa. Outros países que vêm sendo bem sucedidos é o Chile, que se comprometeu a acabar com a geração de energia termelétrica a partir de 2024 e vem fechando sua matriz elétrica mesmo em meio a uma demanda crescente por energia. Em 2023, esse tipo de energia poderia estar considerada no novo Plano Energia, que está sendo elaborado pelo Comitê Interministerial de Mudanças Climáticas, presidido pelo ministro Alexandre Silveira. Os planos setoriais de mitigação (redução de emissões) e adaptação climática. "Teremos planos de todos os setores, inclusive o setor energético, para mostrar como esse agente quer chegar nesse meta", diz a secretária nacional de mudanças climáticas do Ministério do Meio Ambiente, Ana Ison. "É importante dizer que o Brasil foi um dos primeiros países em desenvolver o plano setorial de economia para um mundo com clima e o fechamento dos países de desenvolvimento. O Brasil está em uma posição privilegiada para avançar nesse processo". Ainda, no entanto, o país continua sem essa estratégia abrangente para definir medidas, investimentos ou políticas climáticas, enquanto os investimentos em fósseis se põem mantendo. Um erro que aponta que o argumento de que os combustíveis fósseis são necessários para a transição energética não faz sentido — principalmente porque isso ainda não está acontecendo. "É um grande equívoco", afirma, resultando que o setor vem tendo uma trajetória de crescimento, mas esse crescimento não se reverteu em investimentos massivos em energias limpas. "Não discusso não é sobre a abertura de novas fronteiras exploratórias para financiar, não futuro incerto, mas a transição energética. É o debate sobre o presente, se esse momento é esse real, ele estaria acontecendo agora. Todas as petroleiras estavam pagando esse preço no Brasil. A França, por exemplo, não está ocorrendo", afirma.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Ambiente Caderno: B Pagina: 1